

ERROS EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (BRASIL).

Giséle Neves Maciel.
Raquel M. F. Amaral Pereira¹.

Resumo: Este trabalho pretende demonstrar a permanência de erros em livros didáticos de Geografia, especificamente nos conteúdos referentes ao estado de Santa Catarina (Brasil) e apresentar os processos de avaliação realizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para essa disciplina, discutindo as modificações das avaliações entre 1999 e 2014. O programa criado em 1985 foi considerado no início da década de 2000 o maior programa de avaliação e distribuição gratuita de livros didáticos (LD) do mundo. A fim de garantir a compra de livros de boa qualidade, produzidos por diferentes editoras, a partir de 1996, o Governo Federal passou a adquirir somente as obras, destinadas as séries iniciais do ensino fundamental, aprovadas pela avaliação do PNLD. Já os livros didáticos destinados as séries finais do ensino fundamental começaram a ser avaliadas apenas a partir de 1999. Após cada processo de avaliação são elaborados os Guias dos Livros Didáticos que contém as resenhas sobre as coleções didáticas aprovadas para subsidiar a escolha das coleções a serem indicadas pelos professores da rede pública de ensino. As indicações são repassadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que, através de negociação, adquire as coleções com menor preço. As primeiras avaliações foram alvo de inúmeras reclamações por parte das editoras. Atualmente, cerca de 55% do faturamento das editoras que atuam no Brasil advém das vendas feitas ao programa. A pesquisa de doutorado que vem sendo realizada constatou, nos livros didáticos de Geografia destinados ao 7º ano do ensino fundamental, a permanência de erros nos conteúdos referentes ao estado de Santa Catarina. Esses livros foram aprovados em diferentes edições do PNLD, contrariando assim, os Critérios Eliminatórios que determinam a exclusão de livros que contenham erros. Através de consulta aos documentos do programa e aos Guias dos livros didáticos de Geografia, também foi possível observar importantes modificações na estrutura e apresentação do resultado das avaliações, que tornaram mais difícil a exclusão dos livros didáticos que não atendem os critérios estabelecidos pelo programa. Infere-se que as editoras beneficiaram-se com essas mudanças e, muito embora editem ainda livros com incorreções em seus conteúdos, os mesmos continuam sendo aprovados. Um pequeno número de editoras, algumas das quais de capital internacional, continuam concentrando as vendas de LD ao programa. Diante das questões aqui levantadas, bem como da abrangência e importância do PNLD considera-se relevante analisar as modificações ocorridas nos processos de avaliação dos livros didáticos destinados ao ensino fundamental.

Palavras-chaves: Erros – Livros didáticos – Geografia – Avaliações do PNLD.

Introdução.

Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado em fase de finalização e tem como objetivo demonstrar a permanência de erros em livros didáticos de Geografia, no que se refere ao estado de Santa Catarina, bem como as mudanças ocorridas ao longo do processo de avaliação dos livros didáticos para essa disciplina, realizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre os anos de 1999 a 2014.

O referido programa consolidou o Governo brasileiro como o maior comprador de livros didáticos de editoras privadas, no mercado nacional. Estão envolvidas nesse processo as esferas: pública, representada pelo Governo Federal; a pedagógica, constituída pelo processo de avaliação e escolha dos livros, além da privada, que diz respeito às editoras. Diante desse quadro, as fontes utilizadas para analisar essa temática foram as seguintes: informações apresentadas por

¹ MACIEL, G.N. Doutoranda (Bolsista Capes) no do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: giselenm@gmail.com.

PEREIRA, R.M.F.A. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora da pesquisa em curso. Endereço eletrônico: raquelfontespereira@gmail.com.

Mamigonian (1986) para contrapor algumas citações dos livros didáticos sobre Santa Catarina; os trabalhos de Cassiano (2007) e Soares (2007) que tratam, respectivamente, do desenvolvimento e da participação das editoras no PNLD; os Guias dos Livros Didáticos de Geografia, das edições de 1999, 2002, 2005, 2008, 2011 e 2014, nos quais são analisadas as mudanças ocorridas nos processos de avaliação; dados e informações disponibilizados na página oficial do PNLD, no site do Ministério da Educação.

Ao longo do trabalho procura-se demonstrar que embora a avaliação tenha critérios bem definidos quanto à análise dos livros didáticos, muitos deles destinados ao ensino da Geografia continuam sendo aprovados apesar de apresentarem incorreções em seus conteúdos, sendo aqui demonstrados alguns exemplos referentes ao estado de Santa Catarina (situado na Região Sul do Brasil). Com base na pesquisa desenvolvida entende-se que as mudanças nos processos de avaliação do PNLD acabaram dificultando a reprovação de obras com incorreções, obras essas publicadas por grandes grupos editoriais.

1- Breve histórico sobre o Programa Nacional do Livro Didático.

Antes de abordar os processos de avaliação do PNLD é necessário apresentar algumas informações relevantes sobre o seu histórico. O programa foi criado através do Decreto nº. 91.542 (de 19/8/85) tendo como função distribuir os livros didáticos adquiridos com recursos do Governo Federal², visando à distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do 1º grau (CASSIANO, 2007, p. 20). Contudo, somente na década de 1990, é que foi assegurado o volume de recursos necessários à compra dos livros e ao conseqüente processo de avaliação que permitisse analisar a qualidade dos mesmos.

Em 1995, o programa passou a contar com um fluxo regular de recursos e, no ano seguinte, apenas os livros didáticos considerados aprovados por meio de um processo de avaliação pedagógica, realizado por equipes de especialistas da área, foram adquiridos. O grande crescimento das vendas de livros didáticos ao Governo Federal se deveu ao conjunto de recursos direcionados à compra desse material, entendido como principal instrumento de melhoria da qualidade do ensino fundamental no país. Essa estratégia de investimento foi sugerida pelo Banco Mundial, que considerava o investimento na compra e distribuição dos livros didáticos uma ação de ótimo custo-benefício (CASSIANO, 2007). À mesma época da consolidação do PNLD, ocorreu a aprovação da

² Apesar do PNLD ser amplamente reconhecido como a grande política de avaliação e distribuição de livros didáticos no Brasil, de maneira equivocada, muitos o conhecem como a primeira política de avaliação de livros. Entretanto, desde 1938, o Brasil dispunha de uma comissão avaliadora de livros escolares. Foram comissões de avaliação: Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), 1938-1966 (sendo oficialmente extinta apenas em 1969); Comissão Nacional de Avaliação (CONAC), 1966-1969; Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto (CASLT); 1970-1980. (FILGUEIRAS, 2011).

nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso Nacional em 1996, e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em 1997.

A primeira avaliação sistematizada dos livros didáticos destinados às séries iniciais do ensino fundamental foi finalizada em 1993, mas o Ministério da Educação vacilou na publicação da lista de livros aprovados e excluídos, fato que causou grande repercussão entre editores e autores. Três anos depois, com o conhecimento dos critérios de análise da avaliação, as editoras inscreveram suas obras com o conhecimento do edital que orientaria o processo. Em 1996, divulgava-se a avaliação dos livros didáticos de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências, História e Geografia, destinados às séries iniciais do ensino fundamental³.

Por meio do Decreto-Lei n.º 7.084 de 27/01/2010, que dispõe sobre os programas de material didático, o PNLD deixou de ser apenas um programa de governo, passível de alterações ou de extinção, tornando-se uma política de Estado. O artigo 19 desse decreto que trata da avaliação dos livros didáticos determina que: “A avaliação pedagógica dos livros didáticos no âmbito do PNLD será realizada com base em critérios comuns e critérios específicos para os diversos componentes curriculares, considerando-se, necessariamente, sem prejuízo de outros”, [...] e o inciso IV destaca a importância da “correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos”⁴.

O PNLD continua sendo executado através da participação de diferentes sujeitos: as editoras que inscrevem suas obras; as equipes de pareceristas vinculadas às instituições de ensino superior que realizam a avaliação e elaboram os Guias dos Livros Didáticos; os professores que escolhem as coleções e, finalmente, os alunos que recebem os LD's. O MEC se encarrega das questões operacionais, bem como dos recursos financeiros. A negociação dos valores das coleções e o pagamento às editoras ficam a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. As edições de avaliação e distribuição de livros didáticos pelo PNLD têm sido realizadas em triênios, organizadas, atualmente, em quatro grandes conjuntos: Avaliação dos livros para as séries iniciais do ensino fundamental; para as séries finais; para o ensino médio e para as séries da Educação de Jovens e Adultos e Educação no Campo.

³ No Brasil, o sistema de ensino é estruturado da seguinte forma: Educação Básica – dividido em: Educação Infantil, Ensino Fundamental (*séries iniciais* de cinco anos e *séries finais* de quatro anos), Ensino Médio (que pode ser comum ou profissionalizante, de três anos); e Educação Superior, que compreende os cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e livre docência). Desde 2013, a educação básica dos 4 aos 17 anos de idade passou a ser um dever obrigatório da União, estados e municípios. Maiores informações consultar a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17820>> Acesso em 12 de Jan. de 2015.

⁴ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm> Acesso em 26 de Janeiro de 2014.

2- Livros Didáticos de Geografia aprovados no PNLD: erros nos conteúdos referentes ao estado de Santa Catarina (Região Sul do Brasil).

No Brasil, na década de 1980, intensificaram-se os debates, entre professores do ensino básico e pesquisadores do ensino superior, acerca da qualidade dos livros didáticos. A esse fato somaram-se ainda as reivindicações para a ampliação da distribuição gratuita desse material aos alunos da rede pública e para a escolha dos livros pelos professores (CASSIANO, 2007).

Apesar de desconhecer as informações e discussões que marcaram a história do livro didático no Brasil, em 2004, prestes a concluir a habilitação de licenciada em Geografia (pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC), a autora do presente artigo deparou-se com um livro de Geografia destinado a então 6ª série do ensino fundamental, onde se encontrava o seguinte trecho, descrevendo algumas cidades do estado de Santa Catarina⁵:

Em Santa Catarina, destaca-se o Vale do Itajaí, a área mais próspera desse estado. Aí se encontram as cidades de Blumenau, Brusque e Joinville. É uma área de colonização alemã, onde predominam as pequenas e médias propriedades agrárias que praticam a policultura aliada a pecuária (VESENTINI e VLACH, 2004, p. 170).

Consultando outros livros sobre o mesmo conteúdo, deparou-se no livro de Moreira, com uma citação de teor muito semelhante:

O vale do Itajaí, região colonizada principalmente por alemães, é uma das mais importantes áreas industriais do Sul. Destacam-se as cidades de Blumenau e Brusque, grandes centros de indústrias têxteis e de confecção, e Joinville, com indústrias diversificadas. A policultura associada à criação de suínos e aves demonstra a influência dos imigrantes na área (MOREIRA, 2004, p. 197).

Corrigindo, sucintamente, as referências supracitadas: o município de Joinville não fica na região do Vale do Itajaí, mas na região do Nordeste Catarinense, tendo como atividade econômica de maior destaque a indústria (principalmente a metal-mecânica); o Vale do Itajaí, onde se situa a cidade de Blumenau, não está localizado na porção norte do estado e é na verdade amplamente reconhecido pela produção têxtil; diferentemente do que afirma o texto, as pequenas e médias

⁵ A análise dos livros didáticos nesse período se deu pela sugestão da Professora Msc. Maria Graciana E. D. Vieira, que orientava a autora deste artigo na realização da Monitoria na disciplina de Geografia do Brasil II. Como atividade a ser apresentada aos alunos da disciplina foram consultados, pela então monitora, seis livros didáticos e encontrados praticamente os mesmos equívocos nas interpretações sobre desenvolvimento industrial do Brasil e sobre as especificidades da Região Sul. Essa atividade deu origem ao projeto de mestrado elaborado no ano seguinte e aprovado no Programa de Pós-Graduação em da Universidade Federal Santa Catarina - UFSC.

propriedades agrícolas e agropecuárias estão maciçamente localizadas na região do Oeste e Extremo-Oeste Catarinense, onde são integradas às agroindústrias.

O que esses livros de autores diferentes tinham em comum? Três elementos: o fato de terem sido aprovados num processo de avaliação do PNLD, o que possibilitou sua escolha e conseqüente distribuição para alunos e professores das escolas públicas; terem sido escritos por autores amplamente conhecidos entre professores e alunos⁶; e finalmente, o fato de serem publicados pela mesma editora, na época.

Apesar dos Critérios Eliminatórios - comuns a todas às disciplinas - determinarem que o livro didático “não deve conter informações incorretas ou desatualizadas, nem veicular indução ao erro, confusão conceitual e reducionismos”, as citações acima transcritas, foram retiradas de livros didáticos aprovados pela avaliação de 2005 (Brasil, Guia do Livro Didático de Geografia, 2004 - Critérios Eliminatórios).

O tema das incorreções encontradas em livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD 2005, deu origem a uma pesquisa de mestrado⁷, onde os erros de localização, atualização e representação cartográfica foram analisados. Esses itens são destaque entre os elementos constantes na avaliação do PNLD para a disciplina de Geografia, compondo os Critérios Eliminatórios. Além desse tipo de incorreções, as inadequações conceituais a respeito do desenvolvimento industrial do estado de Santa Catarina e dos demais estados da Região Sul, também foram discutidas.

Verificando alguns livros da avaliação seguinte, constatou-se que uma incorreção encontrada em livros aprovados em 2005, também estava presente entre aqueles aprovados em 2008. O conteúdo tratava do carvão mineral em Santa Catarina, destacando que: “As indústrias responsáveis pela extração e pelo aproveitamento do carvão mineral são chamadas de siderúrgicas” (Castellar e Maestro, 2002, 2.^a ed., p. 215). A título de simples registro apenas, as indústrias mineradoras são as indústrias dedicadas à extração do carvão mineral.

Com atenção voltada aos livros aprovados no PNLD 2011, objeto de análise da pesquisa de doutorado, antigas incorreções foram novamente verificadas:

No norte de Santa Catarina (Vale do Itajaí) instalaram-se os alemães, responsáveis pela fundação de cidades como Joinville e Blumenau. (SENE e MOREIRA, 2010, p. 161).

⁶ José William Vesentini e Vânia Vach são, respectivamente, professor Livre Docente em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP) e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Uberlândia (UFU). Igor Moreira escreve livros didáticos desde o final da década de 1970.

⁷ As interpretações sobre a industrialização na Região sul do Brasil nos livros didáticos de Geografia PNLD 2005/ 2007.

No litoral norte, encontra-se Joinville com indústrias alimentícias, têxteis e de materiais de construção, que empregam muitos trabalhadores e movimentam a economia regional. (MAGALHÃES, 2009, p. 112).

Além dos erros específicos sobre o estado, continuaram sendo encontradas referências equivocadas quanto o desenvolvimento econômico da Região Sul:

Desde 1970, no entanto, a participação industrial do Sudeste, particularmente de São Paulo, diminuiu em relação ao total produzido no Brasil. Nota-se a tendência de lenta desconcentração dessa atividade, principalmente em direção ao interior de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (PEREIRA e CARVALHO, 2009, p. 176).

Contrariando esse tipo de afirmação, destaca-se que:

Por volta de 1960, (...) Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso (...) apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira. (MAMIGONIAN, 1986, p. 10).

O que justificaria erros tão grosseiros acerca desse tema? Em que fontes se basearam para colocar tais afirmações nos livros didáticos dos quais são autores? Afinal, sabemos que para se abordar questões dessa natureza é preciso levar em conta o processo de industrialização do Brasil, tendo como base as especificidades da formação social brasileira. Certamente, a diversidade de conteúdos que uma coleção didática precisa abordar não se compara ao grau de especialização das temáticas estudadas em nível superior, mas quando se trata de erros crassos, repetidos em diversas edições, qual a dificuldade dos autores em alterar o conteúdo de seus livros?

Também é importante observar alguns outros aspectos referentes às editoras, pois além da permanência dos erros em conteúdos sobre Santa Catarina e de autores renomados que assinam as coleções mais vendidas, também constata-se a permanência da chamada concentração editorial no PNLD. Um grupo pequeno de editoras vem, há anos, concentrando a maior parte das vendas ao programa. Com base nos dados divulgados pelo MEC, em 2011, cerca de 83% dos livros adquiridos através do PNLD e destinados as séries finais do ensino fundamental⁸ foram publicados por quatro

⁸ Dados computados através de dados disponibilizados na página do PNLD. (Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>> Acesso em 23 de Nov. de 2011). Não foram contabilizados

grupos editoriais: Abril, Santillana, Saraiva e FTD. Essa concentração também ocorre com as coleções de Geografia, conforme se pode observar na tabela nº 01, apresentada a seguir:

Tabela 01 – Número de coleções de Geografia aprovadas entre as edições do PNLD de 2002 a 2014.

Editora	Número de coleções por editora	Grupo editorial	N. de coleções por grupo/Total por grupo
Scipione	11	Grupo Abril	20
Ática	9		
Moderna	13	Grupo Santillana-Prisa	13
Saraiva	11	Saraiva S/A	08
FTD	8	FTD (Vinculada a Congregação Católica Marista)	06
Escala Educacional	6	Grupo Anaya-Hachet	06
Ibep	3	Ibep	03
Atual		(Adquirida em 1998 pela Saraiva)	03
Edições SM	2	Fundação SM	02
Leya	2	Grupo editorial Leya	02
Positivo	2	Sistema Positivo	02
AJS	1	AJS (Ligada a ed. Nova Geração)	02
Quinteto		(Adquirida em 1997 pela FTD)	02
Editora do Brasil	1	Editora do Brasil	01
Terra Sul	1	Terra Sul	01

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos GLDG.

A concentração das vendas de livros didáticos por um grupo cada vez menor de editoras é observada por Soares (2007, p.05) que aponta dados bastante reveladores ao salientar que

o governo, no período de 1998 a 2006, realizou compras junto a 110 editoras, atingindo a cifra de R\$ 4,5 bilhões, a preços de 2006, e que a oferta é oligopolizada: somente seis grupos editoriais [...] forneceram R\$ 3.893,3 milhões do total, o que corresponde a 87% das compras.

Além da concentração editorial nas vendas ao PNLD, especialmente na década de 1990, iniciou-se uma significativa centralização do capital sobre algumas editoras. Korth (2005) afirma que nessa década existiam muitas editoras pequenas e uma forte tendência a fusões e aquisições através da entrada de grandes empresas estrangeiras. Vê-se que a definição de Marx (1971, p. 727), sobre a acumulação do capital explica a situação das editoras nesse período: O capital passa às “mãos de um só, porque já escapou das mãos de muitos noutra parte. Essa é a centralização

aqui os livros destinados ao ensino médio, mas as editoras referidas também estão entre as que detêm a maior parte das vendas ao programa nesse segmento.

propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração”. Vale aqui lembrar que a tendência à centralização é muito maior nos momentos de crise econômica. Quando os grandes grupos editoriais, nacionais e estrangeiros percebem a dimensão do mercado brasileiro - que tinha o PNLD como grande comprador - ampliaram os investimentos sobre as editoras de livros didáticos.

Algumas informações sobre a origem e a centralização do capital das editoras com maior participação nas vendas ao programa, considerando àquelas que publicam coleções para o ensino fundamental, podem ser visualizadas no quadro nº 01:

Quadro 01 - Origem e aquisição das editoras com importante participação nas vendas ao Programa Nacional do Livro Didático.

Editora/ Ano de Fundação		Aquisição por capital nacional	Aquisição por capital internacional	Capital Nacional ou Internacional
Grupo Abril	Ática/1965	Adquire a Scipione em 1983 e é comprada pela Abril em 1999	Abril vende 30% das ações para o grupo Naspers em 2006	Majoritariamente Nacional
	Scipione 1974	É adquirida pela Ática em 1983 e comprada pela Abril em 1999	Abril vende 30% das ações para o grupo Naspers em 2006	Majoritariamente Nacional
Grupo Santillana (Pertencente ao Grupo Prisa). O Santillana é adquirido pelo * Grupo Penguin Random House, em 2014.	Moderna 1968	-----	Adquire a Moderna em 2001. Posteriormente: Salamandra, Objetiva e Richonel Publishing.	Espanhol
	-----	-----	Adquiriu os selos da editora Objetiva.	Inglês-Alemão
FTD/ 1902		Adquire a Editora Quinteto em 1997	-----	Nacional (Vinculada à Congregação da Igreja Católica)
Saraiva Livresiros e Editores	Saraiva 1913	Adquire a Atual em 1998, a Formato, Benvirá, ARX, e Caramelo	Vendeu em 1998 15% para estrangeiros dos quais - 2,6% para o IFC (Banco Mundial)	Majoritariamente Nacional
Positivo/ 2004		-----	-----	Nacional
Fundação SM	Edições SM/2004	-----	-----	Espanhol
Grupo Anaya (Pertencente ao Grupo Hachette)	Escala Educacional 2004	Adquire 49% da Larousse do Brasil 2007	Vendeu 51% para o Grupo Anaya 2007	Franco-espanhol

Fonte: Elaborado pela autora.

* O Penguin Random House é considerado o maior grupo editorial do mundo, na atualidade.

3- Os processos de avaliação dos livros didáticos de Geografia.

Com base nos critérios de avaliação do PNLD, observando as especificidades de cada disciplina, em 1999 foi divulgada a avaliação dos livros didáticos destinados as séries finais do ensino fundamental. Na avaliação para as obras de Geografia foram elencados como Critérios Eliminatórios os seguintes aspectos: correção dos conceitos e informações básicas; correção e pertinência metodológica; contribuição para a construção da cidadania. Já entre os Critérios Classificatórios, foram observados: adaptação da linguagem à faixa etária; integração das atividades ao conteúdo; unidade visual entre recursos e conteúdos; mapas de acordo com as convenções cartográficas; adequação do Manual do Professor.

A coordenação da equipe responsável pela avaliação dos livros de Geografia ficou a cargo do Professor Manoel Correia de Andrade, que convocou a participação de treze professores de diferentes instituições de ensino superior, para atuarem como pareceristas no processo de avaliação⁹. O guia resultante desse processo coordenado por Manoel Corria tem cinquenta e cinco páginas nas quais são apresentadas as resenhas dos livros aprovados, sendo essas bem sintetizadas, fornecendo um panorama geral das obras. A representação da classificação atribuída a cada livro foi simbolizada por estrelas: Uma estrela – livro aprovado com ressalva; Duas estrelas – livro aprovado; Três estrelas – livro aprovado com distinção. Ao todo foram aprovados vinte e dois livros isolados (não era obrigatório compor uma coleção) de dez autores diferentes, sendo que Melhen Adas foi o único autor que teve os quatro livros, de 5ª a 8ª série, aprovados. Não foi registrado neste guia o número de livros inscritos e nenhum livro foi considerado aprovado com distinção. Em outras palavras: nenhum livro de Geografia no PNLD 1999 foi aprovado com distinção, ou seja, considerado três estrelas.

Na avaliação de 2002, apesar da continuidade dos Critérios de Eliminação e Classificação, há uma grande mudança no processo de avaliação: A análise das obras passou a considerar as “coleções e não mais livros isolados, com o objetivo de garantir o desenvolvimento curricular” (BRASIL, GLDG, 2001, p. 15). Sendo assim, caso a equipe se deparasse com a exclusão de um livro por considerá-lo ‘reprovado’ teria que excluir toda a coleção do autor! Essa mudança, provavelmente, acarretou uma pressão maior sobre as equipes de avaliação de todas as disciplinas e talvez tenha contribuído para o declínio no rigor da classificação das obras, muito embora o resultado da avaliação continuasse a ser apresentado através da atribuição de “estrelas” para simbolizar a qualidade das coleções.

⁹ Pareceristas: Aldemir Dantas Barbosa, Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Gervásio Rodrigues Neves, Gislaine Moreno, Hernani Loebler Campos, Jerônimo Lemos de Freitas, José Borzacchiello da Silva, José Lacerda Alves Felipe, Marília Peluso, Marita Silva Pimenta, Pedro de Almeida Vasconcelos, Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, Vanice Santiago Fragoso Selva.

Nessa edição, o processo de avaliação dos LD's passou a ser realizado de forma centralizada por determinadas instituições de ensino superior, sendo que a avaliação dos livros de Geografia e História ficou a cargo da UNESP (Campus Presidente Prudente), com a Prof^a Dr^a Maria Encarnação Beltrão Spósito assumindo a Coordenação de Área (alterei um pouco a frase). A equipe de pareceristas¹⁰ foi composta por apenas oito professores. Foram inscritas treze coleções de Geografia, das quais apenas sete foram aprovadas. Em números percentuais, 53,84% das coleções foram aprovadas. As resenhas do guia para cada coleção estão divididas em uma descrição (geral, sobre a organização dos conteúdos) e uma análise (pedagógica) das coleções - uma síntese consistente com exposição clara e objetiva.

Em 2005, os Critérios Eliminatórios e Classificatórios continuaram em vigor, mas outra mudança significativa, quanto à classificação das obras, foi implantada: As categorias **recomendadas com ressalvas, recomendada e recomendada com distinção**, foram abolidas, assim como a representação das 'famosas estrelas'. As obras passaram a ser consideradas aprovadas ou excluídas, apenas.

A Coordenação de Área dessa edição ficou com o professor Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol e a instituição responsável pelo processo de avaliação dos livros de Geografia foi novamente a UNESP. A equipe de pareceristas¹¹ contou com a participação de dezesseis professores de diferentes instituições. Das dezesseis coleções inscritas, onze foram aprovadas, ou seja, 68,75%. Apesar da permanência das resenhas no Guia, seu formato passou a ser bem mais extenso. Gráficos e tabelas foram apresentados ao longo das análises, mas sem a clareza e a objetividade características das avaliações anteriores.

Na edição de 2008, a estrutura de avaliação manteve os Critérios Eliminatórios e Classificatórios, não havendo alterações quanto à classificação das obras determinada pelo MEC. O que mais chama atenção nesta edição é o número de coleções inscritas e aprovadas e a forma de apresentação do guia, que sem dúvida, é a mais destoante entre as edições já realizadas.

O professor Eliseu Spósito foi o Coordenador de área dessa avaliação dos livros de Geografia e a UNESP, pela terceira vez, foi a instituição responsável pelo processo. Foram inscritas vinte e seis coleções e dezenove foram aprovadas, ou seja, 73,07% das coleções. Em função do grande número de coleções inscritas, a equipe de avaliação foi composta por vinte e quatro

¹⁰ Nas avaliações seguintes esse cargo foi modificado para o cargo de Coordenação Institucional. Os pareceristas foram: Antonio Cesar Leal, Antonio Nivaldo Hespanhol, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Ercília Torres Steinke, Hernani Loebler Campos, Marcos Alegre e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

¹¹ Pareceristas: Álvaro Luiz Heidrich, Antonio Cesar Leal, Arthur Magon Whitacker, Claudinei Lourenço, Dirce Maria Suertegaray, Edvânia Aguiar Torres Gomes, Ercília Torres Steinke, Genylton Odylon Rego da Rocha, Gláucio José Marafon, Hernani Loebler Campos, João Cleps Junior, João Lima Sant'Anna Neto, Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim, Roberto Verdum, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Vera Lúcia Salazar Pessoa.

pareceristas¹². O guia é bastante extenso nas análises dos aspectos considerados na avaliação, merecendo quase tanto destaque quanto as resenhas de cada coleção, novamente, gráficos e tabelas com inúmeras informações são apresentadas. Há nele uma referência sobre a “caracterização geral das obras baseada na análise global da avaliação” (BRASIL, GLDG, 2008, p. 09). É um material muito denso em detalhes, não correspondendo ao que se costuma esperar de um *guia*.

Em 2011, os critérios de avaliação, ainda preconizavam que os livros didáticos apresentassem “conceitos, informações e procedimentos corretos e atualizados” (BRASIL, GLDG, 2010, p. 11). Não foi implantada nenhuma modificação quanto à classificação ou caracterização das obras nesta edição.

O professor Álvaro Luiz Heidrich foi o Coordenador de Área desta edição, que foi centralizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (depois de três processos de avaliação realizados pela UNESP). A equipe de pareceristas¹³ era constituída por vinte professores. Foram inscritas dezoito coleções e aprovadas dez. Em termos percentuais, 55,55% das coleções receberam aprovação. A leitura desse guia foi facilitada em relação ao de 2008, não apenas pela diminuição do número das coleções, mas pela forma de apresentação das resenhas que utilizou uma exposição mais sucinta das coleções analisadas.

Na última avaliação de Geografia do PNLD destinada aos anos finais, apresentada em 2014, verifica-se uma alteração nos critérios de avaliação quanto à presença de incorreções nos livros que integram as coleções. Anteriormente, os Critérios Eliminatórios determinavam que a presença de erros deveria resultar na exclusão da coleção, embora, como será demonstrado nesse artigo, muitos livros foram aprovados apesar das incorreções presentes em seus conteúdos. Mas no guia de 2014 consta que as coleções que tiveram “falhas pontuais”, deverão ser submetidas à correção pelas editoras, durante o desenrolar da avaliação, e aquelas, que contiverem “falhas de maior gravidade,” caracterizados por desatualização de conceitos ou que induzam ao erro, serão excluídas (BRASIL, Guia do Livro Didático de Geografia, 2013, p. 09). Destaca-se abaixo a informações que consta no guia:

¹² Álvaro Luiz Heidrich, Antônio Elíseo Garcia Sobreira, Arthur Magon Whitacker, Beatriz Ribeiro Soares, Eduardo Campos, Edvânia Torres Aguiar Gomes, Ercília Torres Steinke, Gláucio José Marafon, Helena Copetti Callai, Hernani Loebler Campos, Inês Moresco Danni Oliveira, João Cleps Júnior, Júlio César Suzuki, Magaly Mendonça, Margarete Cristiane Costa Trindade Amorim, Maria Eneida Fantin, Marisa Terezinha Rosa Valladares, Neusa Maria Tauschek, Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, Oscar Alfredo Sobarzo Miño, Raimunda Abou Gebran, Regina Penati Cardoso Ferreira, Ricardo Gurgel Azzi, Rosângela Aparecida de Medeiros Hспанhol.

¹³ Pareceristas: Ana Santos Rocha, César de David, Doralice Maia, Edna Lindaura Luiz, Eduardo Campos, Genylton Odilon Rego da Rocha, Gilmar Mascarenhas, Gláucio Marafom, Icléa Vargas, João Osvaldo Rodrigues Nunes, Luis Antonio Bittar Venturi, Maíra Suertegaray Rossato, Margarete Cristiane Costa Trindade Amorim, Maria Eneida Fantin, Maria Geralda de Almeida, Neusa Maria Tauschek, Nina Simone Fujimoto, Oscar Sobarzo Miño, Rosselvelt José Santos e Sinthia Cristina Batista.

De maneira geral, autores(as) de livros didáticos têm observado cuidadosamente as recomendações contidas nos editais, notando-se uma contínua melhoria das obras quanto às normas de editoração, ao tratamento dos conteúdos, à abordagem e à representação gráfica/cartográfica dos fenômenos analisados. Apesar disso, persistem certas falhas, indicadas como “falhas pontuais” a serem revistas, ainda durante o processo de avaliação, enquanto outras, de maior gravidade, como a desatualização de conceitos e a indução ao erro, acabam por excluir a coleção do conjunto selecionado pelas equipes. (BRASIL, GLDG, 2013, p. 09).

Não se tem explicação para o fato de há mais de dez anos encontrar repetidos erros em coleções aprovadas pela avaliação do PNLG, inclusive em livros aprovados em 2014, e constatar que aos olhos da equipe de avaliadores “os autores de livros didáticos têm observado cuidadosamente as recomendações contidas nos editais”.

A avaliação de Geografia em 2014 foi coordenada pela Professora Dr.^a Adriany de Ávila Melo Sampaio, e centralizada pela Universidade Federal de Uberlândia. A equipe de avaliadores¹⁴, como passaram a ser denominados os pareceristas, foi composta por vinte e sete professores. Vinte e seis coleções (algumas com a inclusão de conteúdos digitais) foram inscritas, sendo que vinte e quatro foram aprovadas, perfazendo um total de 92,3% de aprovação. O guia apresenta quadros sobre os aspectos considerados na avaliação e a presença destes nas coleções, além de conter as resenhas. No final do guia, há a apresentação das fichas de avaliação (como nos guias anteriores) mas há itens que não foram apresentados na p. 131 do guia - há uma lacuna do item 22 ao 27.

Para verificar a impressão registrada pela equipe de avaliação de 2014, em consulta ao livro da coleção Teláris – Geografia para o 7º ano do ensino fundamental reencontrou-se uma conhecida citação:

Vale do Itajaí, em Santa Catarina: aí estão as cidades de Blumenau e Brusque e, mais ao Norte, Joinville. É uma região de colonização alemã, com predomínio de pequenas e médias propriedades agrícolas, que praticam a policultura aliada à pecuária. Aí se localizam inúmeras indústrias têxteis e alimentícias, entre outras. (VESENTINI e VLACH, 2012, p. 259).

¹⁴ Nesta edição da avaliação, os pareceristas passam a ser chamados de avaliadores: Antônio Carlos de Barros Corrêa (UFPE), Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFU – Campus Pontal), Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira (UFGO), Cesar de David (UFMS), Djalma Vieira Bezerra (Escola Estadual Minas Gerais – Uberlândia), Doralice Sátyro Maia (UFPB), Edima Aranha Silva (UFMS), Ednéa do Nascimento Carvalho (UFOPA), Emerson Galvani (USP), Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA), Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza (PUC- SP), Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão), Maria Eneida Fantin (Instituto de Educação do Paraná), Mizant Couto de Andrade (Faculdade Católica de Uberlândia), Neusa Maria Tauscheck (Instituto de Educação do Paraná), Nina Simone Vilaverde Moura (UFRGS), Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski (UFPR), Oscar Alfredo SobarzoMiño (UFRGS), Roberta Afonso Vinhal Wagner (UFTM), Roberto Verdum (UFRGS), Sônia Regina Romancini (UFMT), Valéria Trevizani Burla de Aguiar (UFJF), Vânia Sílvia Rosolen (UFU), Vanilton Camilo de Souza (UFGO), Vilma Lúcia Macagnan Carvalho (UFMG), William Rodrigues Ferreira (UFU), Winston Kleiber de Almeida Bacelar (UFU).

A presença deste equívoco, ao que tudo indica, não foi considerada uma “falha de maior gravidade” pelos avaliadores de 2014, talvez não tenha sido notada. E antes da avaliação, certamente, passou como afirmação correta, sem chamar atenção dos revisores da editora que publica a obra – isso ocorre desde 1999. Na expectativa de que outros professores, pesquisadores e especialmente, que acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Geografia, percebam e denunciem essas incorreções, segue-se pesquisando e debatendo.

Resultados e considerações finais.

O Programa Nacional do Livro Didático consolidou a assistência governamental quanto ao fornecimento de materiais didáticos aos alunos da rede pública de todo país. A necessidade de se avaliar a qualidade das obras a serem adquiridas fez com que o programa tivesse função pedagógica e administrativa, já que apenas os livros aprovados na avaliação podem ser comprados pelo MEC, através do FNDE. Com o passar dos anos o PNLD foi sendo ampliado ao ponto de ser elevado, em 2010, à política pública de Estado.

Apesar da dimensão do programa a análise dos livros didáticos de Geografia demonstrou a permanência de erros em livros dessa disciplina, tendo evidenciado neste artigo, àqueles referentes ao estado de Santa Catarina, situado na Região Sul do Brasil. Várias incorreções foram encontradas e reencontradas em livros aprovados por diferentes edições de avaliação do PNLD. Apesar dos Critérios Eliminatórios determinarem a exclusão das obras que contivessem erros em seus conteúdos, várias continuaram sendo aprovadas pelas equipes de avaliação. Os equívocos encontrados nos livros consultados foram das inadequações conceituais até os erros de informação, atualização, localização.

A maior parte das coleções de livros didáticos de Geografia aprovadas nas edições do PNLD, são publicadas por grandes editoras do setor e assinadas por autores muito reconhecidos pelos professores, mas isto não garantiu que os conteúdos estivessem isentos de erros. Infere-se, com base nos dados levantados na pesquisa de doutorado em fase de finalização, que a concentração das vendas ao PNLD nas mãos de poucas editoras parece ter contribuído para uma perda no rigor das avaliações. De 2002 a 2014, cinco grandes grupos editoriais – Abril, Santillana, Saraiva, FTD e Anaya-Hachet – tiveram cinquenta e três coleções aprovadas no PNLD, enquanto outras nove editoras tiveram apenas dezoito coleções aprovadas. A forte centralização do capital que atingiu diversos setores pós década de 1990 também se fez presente no setor de comunicações, chegando às editoras de livros didáticos.

Foi possível verificar e demonstrar a sucessão de mudanças na estrutura das avaliações do PNLD: mudanças quanto a representação da qualidade das obras; a apresentação das coleções nos

guias; as normas de aprovação e exclusão dos livros. A última grande alteração, imposta ao processo realizado em 2013 para as séries finais do ensino fundamental, precisa ser mais estudada a fim de constatar a provável permanência de erros nos conteúdos, como o exemplo que aqui foi apresentado. As equipes de avaliação atuarão de maneira mais rigorosa e debaterão com a sociedade as circunstâncias que perpassam os processos de avaliação? Em busca de respostas a esse e outros questionamentos, segue-se pesquisando.

Referências Bibliográficas.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático 1999**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático 2002**. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia 2005**. Brasília: MEC/ SEF, 2004.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia 2008**. Brasília: MEC/ SEF, 2007.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia 2011**. Brasília: MEC/ SEF, 2010.

_____: Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Guia do Livro Didático de Geografia 2014**. Brasília: MEC/ SEF, 2013.

_____: PNLD. **Tabela- Editoras e número de coleções de Geografia aprovadas no PNLD 2011**. Disponível em <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>> Acesso em 23 de Nov. de 2011.

_____: Decreto Nº 7.084, de 27 de Janeiro de 2010. **Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm> Acesso em 26 de Jan. de 2014.

_____: LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 19 de Dezembro de 2014.

CARVALHO, Marcos de. PEREIRA, Diamantino. **Geografias do mundo**. 7º ano. 1ª. ed. renovada. São Paulo. Edições FTD. 2009.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo 2007.

CASTELLAR, Sonia. MAESTRO, Valter. **Geografia**. 6ª Série. São Paulo. Quinteto Editorial. 2001.

CASTELLAR, Sonia. MAESTRO, Valter. **Geografia**. 7º ano. São Paulo. 2ª ed. Quinteto Editorial. 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984). Tese de Doutorado**. Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo 2011.

KORTH, Leomar Cláudio. **As Transformações na Indústria Editorial de Livros no Brasil e os Desafios para as empresas brasileiras**. Relatório de Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas - Mestrado Executivo em Gestão Empresarial. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3707>. Acesso em 11 de Dez. de 2014.

MACIEL, Gisèle Neves. **As interpretações sobre a industrialização na Região Sul do Brasil presentes nos livros didáticos de Geografia PNL D 2005/2007**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. PPGG. Florianópolis, 2008. 161 f.

MAMIGONIAN, Armen. **A Indústria de Santa Catarina**. In: Atlas Geográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. (Versão atualizada pelo autor).

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. (Primei livro, Vol. II) Cap. 2 Decréscimo Relativo da Parte Variável do Capital com o Progresso a Acumulação e da Concentração que a Acompanha. p. 722-730. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1971.

MOREIRA, Igor. **Construindo o Espaço**. 6ª Série. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2002.

SENE, Eustáquio. MOREIRA, João C. **Geografia**. 7º ano. 1.ed. São Paulo. Scipione. 2010.

SOARES, Ricardo Pereira. **Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - IPEA**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1307.pdf 14/11/1> Acesso 19 de Nov. de 2011.

VESENTINI, J. William. VLACH, Vânia. **Geografia Crítica**. 6ª Série. 30ª ed. São Paulo. Editora Ática; 2004.

_____. _____. **Geografia Crítica**. 7º ano. 4.ed. São Paulo. Editora Ática. 2010.

_____. _____. **Teláris – Geografia**. 7º ano. São Paulo. Editora Ática. 2012.